

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.440 - RS (2019/0250082-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **FACTA FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**
ADVOGADOS : **CAROLINA SARAIVA CIDADE - RS075878**
 PAULO EDUARDO SILVA RAMOS - RS0054014
 CLAUDEMIR JO?O HAUCH J?NIOR - RS0095712
RECORRIDO : **CLEO SOUZA HERTZ**
ADVOGADO : **MOZART SIQUEIRA DA SILVA - RS088301**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 168):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.

Juros remuneratórios. Abusividade constatada, pois a taxa pactuada é superior à taxa média de mercado divulgada pelo BACEN, considerado o período da contratação. Honorários advocatícios corretamente fixados de acordo com o art. 85 § 2º do CPC.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nas razões do especial, alega a recorrente violação do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que "os honorários advocatícios somente incidirão sobre o valor atualizado da causa se não for possível mensurar o proveito econômico obtido, o que não ocorreu no caso concreto, uma vez que é plenamente possível mensurar o *quantum* a ser economizado pela parte autora diante do cumprimento da decisão de mérito, ainda que prescindida de cumprimento de sentença" (e-STJ, fl. 189).

Defende a fixação dos honorários de sucumbência com base no proveito econômico obtido pela parte ora recorrida e abaixo do valor ora arbitrado, eis que a demanda não possui grau de complexidade que justifique o valor exorbitante resultante do percentual arbitrado sobre o valor da causa.

Busca que os honorários sucumbenciais sejam fixados sobre o proveito econômico obtido pela parte vencedora.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 195).

O recurso especial foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 197-201 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

De início, cabe ressaltar que, em ação revisional proposta pelo ora recorrido, deu-se à causa o valor de R\$ 100.233,48 (cem mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos) (e-STJ, fls. 1-11).

A sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na inicial, assim consignando (e-STJ fl. 123):

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na ação proposta por CLÉO SOUZA HERTZ em face de FACTA EMPRÉSTIMO RÁPIDO E FÁCIL, para o fim de:

a) REDUZIR as taxas de juros remuneratórios em todos os contratos, para as correspondentes à taxa média divulgada pelo Banco Central para o período da contratação, nos seguintes termos:

a.1) Contrato nº 1197400009: 24,36%;

a.2) Contrato nº 1251540004: 24,13%;

a.3) Contrato nº 148748000: 27,20%

b) PERMITIR a compensação/repetição de valores na forma simples, em sendo o caso.

Defiro, o pedido antecipatório, para determinar o recálculo das parcelas de cada uma das operações, com a aplicação das taxas médias supracitadas., providência que deverá ser tomada pelo Banco no prazo de 30 (dez) dias, a contar da intimação da presente decisão, pena de multa diária de R\$ 500,00, consolidada em 60 dias.

Considerando a sucumbência recíproca, condeno a parte autora no pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios em favor do procurador da parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, atualizado pelo IGP-M, nos termos do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC.

Outrossim, condeno a Ré no pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios em favor do procurador da parte autora, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, atualizado pelo IGP-M, também consoante previsão do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC.

Vedada a compensação de verbas sucumbenciais, frente à determinação do artigo 85, § 14º, do CPC.

Opostos embargos de declaração pela ora recorrente, esses não foram acolhidos (e-STJ, fl. 140).

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação apresentada pela recorrente, manteve a fixação dos honorários advocatícios, tal como declinados na sentença de primeiro grau, assim aduzindo (e-STJ, fl. 175):

No que concerne aos honorários, tenho que o valor fixado não comporta alteração. O § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil, prevê que "os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa", atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

A sentença fixou os honorários em 10% sobre o valor da causa.

No caso dos autos, não há porque aplicar o § 8º do art. 85 do novo Código de Processo Civil, uma vez que a referida norma prevê que haverá apreciação equitativa do juiz para a fixação da verba honorária, nas causas de valor inestimável ou irrisório ou ainda quando o valor da causa for muito baixo.

O valor dado à causa é de R\$ 100.233,48, o que não pode ser considerado irrisório. Assim, deve ser mantido o valor arbitrado, pois adequadamente fixado.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Corte de origem está em desconformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A Segunda Seção desta Corte Superior firmou o entendimento de que o § 2º do art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa. O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13.2.2019, DJe 29.3.2019).

Na mesma direção:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. REGIME JURÍDICO. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA REGRA GERAL DO § 2º DO ART. 85 DO CPC/2015.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o EAREsp 1255986, fixou o entendimento de que a data da sentença é o marco temporal a ser considerado para definição da norma de regência aplicável ao arbitramento de honorários de sucumbência.

2. A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa. O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

Precedente: (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. A regra geral de fixação dos honorários advocatícios entre 10% e 20% contida no parágrafo 2º do art. 85 do CPC não constitui um desestímulo à transação entre as partes, tampouco entrave ao acesso à Justiça, mas sim importante disposição legal que carrega racionalidade aos litigantes, sobretudo para inibir a propositura de demandas temerárias perante a jurisdição estatal.

4. O precedente colacionado pela parte agravante com o intuito de comprovar a alegada divergência jurisprudencial apta a justificar futura interposição de embargos de divergência não guarda similitude fática com o caso ora em apreço.

5. Caso concreto em que, seguindo-se a ordem de gradação contida no parágrafo 2º do art. 85 do CPC de 2015 e verificando tratar-se, na origem, de ação de cumprimento de obrigação de fazer c/c reparação de danos morais julgada improcedente, ressoa inequívoco que "proveito econômico obtido" pela parte recorrente corresponde ao valor pretendido pela parte contrária na exordial e que corresponde, outrossim, ao valor da causa, corrigido monetariamente, devendo esse valor ser utilizado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.772.394/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15.8.2019, DJe 20.8.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/15. PROVIMENTO.

1. Execução de obrigação de fazer.

2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que, quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre

10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.

3. Agravo interno provido para majorar os honorários de sucumbência em favor da recorrente para 10% sobre o proveito econômico obtido pela vencedora.

(AgInt no AREsp 1.337.674/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º.7.2019, DJe 2.8.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação declaratória de obrigação de fazer, fundada na negativa de cobertura de procedimento cirúrgico.

2. Os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, devendo ser observados os limites de 10% a 20% previstos no artigo 85, § 2º, do CPC/2015, a incidir sobre o valor da condenação, o proveito econômico ou o valor atualizado da causa. Precedente. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ. Precedente.

3. Agravo interno no agravo em recuso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.458.325/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º.7.2019, DJe 2.8.2019)

O proveito econômico, no caso, é o valor diminuído de dívida da parte autora por força de ação reivisional.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, para acolher o pedido de que os honorários devidos pela recorrente incidam sobre o proveito econômico e não sobre o valor da causa.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora